



## SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRANCISCO ALVES

Fundado em 15/04/1977 - Reconhecido pelo MTPS em 20/11/1978 - CNPJ: 77.356.442/0001-08  
Avenida Leão Gondim de Oliveira, n.º 713 - Centro - Francisco Alves - PR - CEP: 87.570-000  
Caixa Postal 144 - Fone/Fax: (44) 3643-1295 - E-mail: strfalves@hotmail.com

2016 e abril de 2017, conjuntamente com os valores salariais dos citados meses de competências, de acordo com os critérios descritos nos §§ 5º e 6º. § 5º - Para o cálculo do pagamento da 1ª parcela, considera-se o semestre maio/2016 a outubro/2016, sendo: Ausência de faltas no período, pagamento do valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência outubro/2016. Até três faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 90% (noventa por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência outubro/2016. De quatro até seis faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 80% (oitenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência outubro/2016. De seis até dez faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 70% (setenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência outubro/2016. De onze até quinze faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 60% (sessenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência outubro/2016. Dezesesseis ou mais faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência outubro/2016. § 6º - Para o cálculo do pagamento da 2ª parcela, considera-se o semestre novembro/2016 a abril/2017. Ausência de faltas no período, pagamento do valor correspondente a 100% (cem por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência abril/2017. Até três faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 90% (noventa por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência abril/2017. De quatro até seis faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 80% (oitenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência abril/2017. De seis até dez faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 70% (setenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência abril/2017. De onze até quinze faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 60% (sessenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência abril/2017. Dezesesseis ou mais faltas injustificadas no período, pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração bruta na folha de pagamento da competência abril/2017. § 7º - Os empregados admitidos após 01/05/2016, receberão o pagamento estabelecido nos §§ 5º e 6º desta cláusula, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês efetivamente trabalhado, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias. § 8º - Para efeito do pagamento do PLR, não serão consideradas como faltas, os períodos de afastamento por motivo de acidente do trabalho, doença profissional, férias, licença maternidade, período do aviso prévio, ainda que indenizado, além das hipóteses previstas no artigo 473 da CLT e outras previstas em leis específicas e nesta Convenção. § 9º - Os empregados que fizerem jus ao pagamento supra mencionado e que vierem a ser dispensados ou pedirem demissão antes da data fixada para o pagamento da parcela estipulada, receberão o valor proporcional devido no ato da rescisão. § 10º - Nos termos das disposições contidas no artigo 3º da supra mencionada Lei, a participação nos resultados pactuada na presente cláusula não substitui ou complementa a remuneração do empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhe aplicando, outrossim, o princípio da habitualidade. Auxílio Alimentação CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. Assegurar aos trabalhadores o lanche da manhã e a refeição no horário do almoço, para que o trabalhador rural possa trabalhar bem alimentado. Tanto o lanche como a almoço, não serão considerados como gratificação ou salário utilidade, e não integrarão, desta forma, a remuneração para qualquer efeito, considerando que na prática é inaplicável aos trabalhadores rurais o sistema de vale refeição, assegurados aos urbanos, no meio rural, onde não há viabilidade para referido sistema. Auxílio Transporte - CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TRANSPORTE Assegurar o fornecimento de transporte gratuito aos trabalhadores, em condições de segurança, com bancos fixos, cinto de segurança, motorista habilitado e seguro coletivo, proibindo o carregamento de ferramentas de trabalho soltas junto das pessoas transportadas, desde o ponto de recolhimento do pessoal até o local de trabalho e vice versa, e de uma propriedade a outra do mesmo empregador, ficando obrigado o empregador efetuar revisão periódica no veículo, devendo ser observadas as instruções introduzidas nos itens 31.16 a 31.16.2, da NR 31, de 03/03/05, Portaria nº 86, publicada no DOU de 04/03/05. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização do transporte constante desta cláusula, ficará a cargo da Polícia Rodoviária ou da Polícia Militar. PARÁGRAFO SEGUNDO -